

## CRIoulos PORTUGUESES EM ÁFRICA E NO ORIENTE

Jorge Morais Barbosa  
Universidade de Coimbra

Cabe-me, neste Simpósio sobre a Língua Portuguesa em África e no Oriente, falar dos crioulos, ou, melhor, de alguns traços de crioulos portugueses destas áreas geográficas. Foi a sugestão que apresentei ao Prof. Sílvio Elia para tema da minha intervenção, prontamente aceite por este eminente mestre da Linguística e meu muito querido e respeitado Amigo.

A escolha deste tema merece uma justificação. Dividi-la-ei em alguns pontos, que aliás me permitirão entrar em assuntos dos quais necessariamente haveria de me ocupar.

Em primeiro lugar, sendo o Simpósio consagrado à língua portuguesa, não o entendi como restrito àquelas variedades de português que se falam hoje em dia em África e no Oriente. Sem dúvida, interessa-me muito o conhecimento, tão aprofundado quanto possível, de tais variedades, e espero levar deste nosso encontro, em boa hora promovido pelo Liceu Literário Português no Rio de Janeiro, muita e valiosa informação a seu respeito. Mas, tendo conhecido, julgo que bastante bem, por observação direta, a situação linguística de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique entre 1964 e 1974, tem-me faltado oportunidade de a ela aceder do mesmo modo de então para cá. O que sei a seu respeito nestes últimos vinte anos decorre da bibliografia existente, geralmente escassa, e de contactos com amigos e outras pessoas oriundas destes países, também eles infelizmente esporádicos e nem sempre muito esclarecedores. Seria, de qualquer modo, pretensioso da minha parte pronunciar-me aqui sobre qualquer uma das variedades de português praticadas pelos nossos irmãos dessas paragens, cada uma das quais - estou certo - está longe da homogeneidade linguística, mesmo aproximada. A única coisa que a propósito quero dizer, para não cair em banalidades, é que de todos os países africanos que têm o português como língua oficial, e também de Macau, tenho ouvido muitas pessoas falarem a nossa língua comum como o faz qualquer brasileiro ou português culto.

Não entendendo, portanto, o Simpósio como circunscrito à apreciação da atual sincronia do português em África e no Oriente, admiti que ele pudesse ocupar-se também de outros estados da língua e da sua presença nessas áreas geográficas em tempos pretéritos. Foi assim que me ocorreu ocupar-me de crioulos.

Leva-me isto ao meu segundo ponto: será legítimo, com efeito, situar os crioulos dentro do âmbito histórico da língua portuguesa? Não é óbvia a resposta à pergunta assim formulada, e para começar a responder-lhe seria necessário que nos entendêssemos com precisão sobre um conceito de língua portuguesa. Dispensar-me-ei de grandes considerações a respeito deste assunto, já que elas se tornariam infundáveis e talvez nos não conduzissem a qualquer resultado comumente aceite por todos os presentes. Numa perspectiva genética, partindo do latim como mais próxima etapa anterior suficientemente conhecida das línguas românicas, poderemos aceitar que o português se caracteriza, no universo destas, como a única língua literária que não ditongou vogais e perdeu - l - e - n - intervocálicos. Nesta perspectiva, que, à sua maneira, é simultaneamente tipológica (embora apenas quanto a três características fônicas), os crioulos de que nos ocupamos filiam-se claramente no português. Filiam-se nele, também, quanto à origem predominante do seu léxico. Foi, aliás, essa mesma perspectiva - única que praticamente tinha curso em seu tempo - que, em fins do século XIX, levou Adolfo Coelho, o primeiro estudioso dos crioulos, a considerá-los “dialetos românicos ou novilatinos”, conforme reza o título dos seus três artigos publicados no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* entre 1880 e 1886<sup>1</sup>, e Hugo Schuchardt, que imediatamente se lhe seguiu, a chamar “Negerportugiesische” aos crioulos de S. Tomé, Ano Bom, Senegâmbia, Cabo Verde e Príncipe<sup>2</sup>. Na mesma linha, e no que toca ao Oriente, José Leite de Vasconcelos publicou um opúsculo sobre o que não hesitou em designar por “dialeto português de Macau”<sup>3</sup>, um “dialeto crioulo”<sup>4</sup>, designação que atribuiu igualmente às variedades do “indo-português”<sup>5</sup>, e do mesmo modo procedeu Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado, que, no seu *Dialecto Indo-Português de Ceylão*, amiudadamente se referiu a este e outros idiomas congêneres também como crioulos<sup>6</sup>. Sem entrar aqui em pormenores sobre as teses que negam a influência de substratos locais na formação dos crioulos, como foi a de Adolfo Coelho logo em 1880, e as que a defendem desde Lucien Adam em 1883<sup>7</sup>, dir-se-á apenas que a tradição iniciada por Adolfo Coelho e Schuchardt se mantém na mais moderna bibliografia crioulistica, mesmo em autores muito distantes, por formação, da filologia do século XIX.

É claro que, em lugar do critério genético, se poderia apelar ao critério da intercompreensão para verificar se os crioulos podem incluir-se no âmbito histórico da língua portuguesa. Decerto, sem estudo prévio dos idiomas dos respectivos interlocutores, um português ou um brasileiro não entenderão o crioulo de um caboverdiano ou guineense e um falante de qualquer destes idi-

omas não entenderá o português daqueles. Mas esse novo critério levantaria muitas outras inquietações e obrigaria a rever alguns pontos. Por exemplo, seria razoável, de acordo com ele, continuar a considerar, como se tem feito, o português e o galego duas línguas distintas desde o século XV, por um lado, e o português de Coimbra, ou o do Rio de Janeiro, e certos usos do madeirense ou do açoriano a mesma língua, como também é habitual fazer-se, por outro lado, quando é evidente que a intercompreensão se apresenta muito mais fácil entre um português e um galego do que entre um conimbricense, ou carioca, e muitos madeirenses e açorianos?

Deixando portanto de lado o critério da intercompreensão, mas retendo o genético, para só mais adiante me ocupar de critérios tipológicos, direi, em terceiro lugar, que uma língua, sem precisões cronológicas, é intemporal, no sentido de dizer que ela não se circunscribe no que, por comodidade, se designa por uma dada sincronia. De fato, o português, a língua portuguesa, sem mais, não é o do século XX, ou do século XII, ou do século XVI: o português é conhecido nessas e demais formas localizadas no tempo, mas é constituído por todas elas, é o conjunto das potencialidades que nelas se manifestaram ao longo dos séculos e naturalmente continuarão a manifestar-se depois de todos nós termos deixado aos nossos vindouros a possibilidade de as concretizar. Por isso é que se diz que uma língua não cessa de existir, não morre, a não ser que, por razões a elas estranhas, desapareçam da Terra quantos a falam, e por isso também não se pode datar o aparecimento de uma língua: afinal, o que se chama o português nosso contemporâneo, ou o português (ou galego?) que falava D. Afonso Henriques, são apenas formas assumidas por aquilo que antes se chamou latim, antes ainda indo-europeu, e antes ainda, o quê? Trata-se, afinal, do problema do *continuum* linguístico, de que não vou falar, mas ao qual terei de regressar a propósito dos crioulos que conhecemos.

Ora na linha destas considerações, não há qualquer motivo que nos leve a desconsiderar os crioulos como formas em que se materializou esse conjunto de potencialidades que constitui a língua portuguesa. Isto será válido, parece-me, quer nos restrinjamos aos chamados crioulos portugueses (de Cabo Verde, Guiné-Bissau, etc), quer nos alarguemos ao que se designa simplesmente por crioulo, isto é, quer nos situemos no quadro da teoria poligenética quer no da teoria monogenética de tais idiomas. Sobre estas teorias quererá, sem dúvida, o Prof. Silvio Elia acrescentar algo ao que já judiciosamente escreveu a seu respeito. Pela minha parte, antecipo que me parece difícil refutar a segunda delas, e em seu abono direi alguma coisa mais adiante. O problema que se põe consistirá em saber se haverá motivos para ainda hoje se verem nos crioulos manifestações da língua portuguesa, isto é, para os considerar formas atuais da língua portuguesa como potencialidade, ou se, pelo contrário, devemos admitir que, após o terem sido, em dado momento histórico, deixaram de o ser através dos séculos. Para tomar um exemplo, é o problema de saber se o galego, o leonês,

o castelhano, etc., que em certo momento foram manifestações do latim, hão de continuar a sê-lo ainda hoje ou se, pelo contrário, dado o seu distanciamento relativamente a ele e de uns relativamente aos outros, já não devem ser tidos como tais. Talvez o Prof. Evanildo Bechara, com sua competência de romanista, possa trazer alguma achega a tão complicada questão.

Não me parece, assim, abusivo associar os crioulos à presença da língua portuguesa em África e no Oriente, pelo menos na época histórica em que eles lá se instalaram, isto é, pelo menos, a partir dos séculos XV e XVI, respectivamente, senão antes. Digo “pelo menos” e “senão antes” porque o primeiro texto conhecido escrito no que se designa por língua franca data de 1353 (foi escrito na ilha de Djerba, Tunísia)<sup>8</sup>. Ora, no seu diário de 1685, o navegador francês Le Courbe menciona um *jargon*, falado por comerciantes senegaleses, algo semelhante à língua portuguesa e chamado língua crioula, “como a *lingua franca* do Mediterrâneo”; e John Barbot, a propósito de uma viagem terminada em 1682, cita o uso por africanos do que chamou “língua franca ou português corrupto” (“broken Portuguese”, em inglês)<sup>9</sup>. Há aqui, pois, uma quase identificação do crioulo - português - com a *lingua franca* que se falava no Mediterrâneo ainda no séc. XIV; e a partir de 1956 não tem faltado quem admita que esse crioulo radica num *pidgin* português nascido no séc. XV em África, provavelmente a partir daquela mesma *lingua franca*. Encontramo-nos pois novamente com a teoria monogenética dos crioulos, de acordo com a qual todos os idiomas assim chamados provêm de uma forma de português; e essa teoria, que, recorde-se entre parênteses, não foi formulada nem por portugueses nem por brasileiros, mas por autores de outras nacionalidades, como K. Whinnom, no seu livro *Spanish Contact Vernaculars in the Philippine Island* (Hong Kong, University Press, 1956), R. W. Thompson em 1959, D. R. Taylor em 1960, J. Voorthoeve em 1973, etc., aplica-se tanto aos crioulos atlânticos como aos orientais e foi, aliás, a propósito destes que nasceu com o acabado de mencionar livro de Whinnom. De resto, a abundante presença do português no Oriente ficou amplamente documentada, para os séculos XVI, XVII e XVIII, por David Lopes no seu livro *Expansão da Língua Portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII* (Porto, Portucalense Editora, 1936; 2ª ed. atualizada com muitas e preciosas notas por Luís de Matos, ib. 1969), e os testemunhos que nele se recolhem provam que esse português foi aí falado em variedades bem distintas umas das outras: a pura, a meio-deturpada e a completamente deturpada, faladas pelos portugueses da Europa e seus descendentes, pelos indivíduos de origem mista e pretos letrados e pelos portugueses de origem mista e os completamente pretos, respectivamente, de acordo com uma notícia acerca dos portugueses da Índia enviada em 1733 por missionários protestantes<sup>10</sup>.

O que infelizmente nos falta são textos que atestem as sucessivas variedades que, desde a sua origem e ao longo dos séculos, assumiram os chamados

pidgins e crioulos que hoje conhecemos e, por maioria de razões, os que desconhecemos mas podem ter existido. Por outras palavras, faltam-nos os elementos necessários à reconstituição dos estádios anteriores desses idiomas que permitissem esclarecer a dinâmica de cada um deles, localizar a sua diacronia e remontar a um protótipo que para eles representasse o que para as línguas românicas representa o latim.

De fato, aparte alguns testemunhos isolados e muito escassos, como os que se encontram em Gil Vicente e na citada notícia dos missionários protestantes de 1733, de acordo com a qual o português meio-deturpado se caracterizava pela conjugação incompleta e o completamente deturpado pela ausência de conjugação, datam de finais do século XIX os primeiros documentos de que dispomos: são os textos insertos e as anotações a eles feitas por Adolfo Coelho nos já mencionados artigos do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (1880-1886); alguns dos artigos também já referidos de Hugo Schuchardt (1882-1889); os artigos de Joaquim Vieira Botelho da Costa e Custódio José Duarte sobre o crioulo das ilhas de Cabo Verde e de A. de Paula Brito sobre os de Santiago de Cabo Verde, no mesmo *Boletim* (1886 e 1887)<sup>11</sup>; os elementos do crioulo da Guiné fornecidos pelo Pe. Marcelino Marques de Barros (1900)<sup>12</sup>, e os textos e notas sobre o macaense dados à estampa por J.F. Marques Pereira (1899-1901)<sup>13</sup>.

É, ainda assim, desigual o conhecimento que por intermédio de tais textos e artigos pode chegar-nos dos crioulos em causa. Por um lado, se, no que se refere a textos, pode considerar-se suficiente ou, pelo menos, razoável a sua extensão quanto aos de Macau, já o mesmo não pode dizer-se acerca dos restantes. Por outro lado, trata-se de textos escritos, o que deixa supô-los relativamente elaborados em termos do que já naqueles tempos deve ter sido a variedade dos usos linguísticos coexistentes. De que assim é há provas evidentes nos próprios textos.

Assim, a presumida autora da primeira carta de Macau, Pancha, acrescenta-lhe um P.S. (assim mesmo) onde se lê: “Vós lôgo sintí grandi differença na minha modo di escrevê. Eu já aperfeçoá bastante neste um pôco tempo. Tudú este escóla novo de macho e femia, e aquelle gazetta *Ta-ssi-yang-kuo* já fazê indretá bastante nosso lingu”<sup>14</sup>.

Quase desnecessária seria a confissão da “grande diferença no modo de escrever” e do “aperfeiçoamento” devido à escola e à leitura da gazeta para nos darmos conta da influência do português culto no macaense: bastariam a duplicação de f e t em *differença* e *gazetta* e o uso da acentuação gráfica, pontuação e maiúsculas para que ela se tornasse evidente. O fato não passou despercebido a Adolfo Coelho, que considerou as cartas “forjadas por quem conhecia a língua literária” e apontou a introdução de “formas da língua-mãe”<sup>15</sup>.

Das cartas ilustrativas do crioulo caboverdiano, uma delas terá sido ditada por uma negra que vivera muito com pessoas instruídas originárias da Metrópole e as outras foram escritas por pessoa também instruída e que falava bem português, como notou Adolfo Coelho<sup>16</sup>, e percebe-se claramente terem sido com o expresso propósito de fornecer informações solicitadas acerca do crioulo. É o que se deduz de passos como os seguintes, aqui, transcritos em versão portuguesa: “Talvez alguma cousa, palavra ou como quiser, esteja errada. O que não duvido, porque por mais crioulo que nós de Cabo Verde saibamos, sempre encontramos dificuldade ou embaraço logo que pegamos na pena para escrevermos na nossa língua”. “Não sei se alguma cousa está errada ou mal escrita[...] Na folha 1v. e linhas vinte e vinte e um, na coluna crioula *nha dona nha Luzia*, e no português não encontro nada que, como dizem os portugueses, lhe corresponda”. Segue-se uma exposição gramatical sobre o verbo e os pronomes. E mais adiante lê-se: “Para vos fazer a vontade eu escrevo-vos na nossa língua em crioulo fundo, que eu não sei se vós o entendeis”<sup>17</sup>.

“Em crioulo fundo”. É que já nessa época se distinguia o crioulo *fundo*, ou *rachado*, “falado principalmente no interior da ilha”, de um “crioulo em que a gramática portuguesa é menos ignorada, distinguindo-se quase unicamente pela pronúncia de algumas palavras ou sons e pelo acento geral”, na formulação do mesmo Adolfo Coelho<sup>18</sup>. E isto recorda-nos a designação de *português baixo* atribuída ao crioulo de Ceilão, para o distinguir do *português alto* (“puro”, chamou-lhe Sebastião Rodolfo Dalgado<sup>19</sup>) e a de *reinol*, que, de acordo com Cândido de Figueiredo, correspondia ao “dialeto português, falado em Ceilão e na costa ocidental da Índia”<sup>20</sup>.

O que isso quer dizer é que certos falantes do crioulo, nesse caso de Cabo Verde, tinham muito maior contacto que outros com falantes do português e por isso os seus usos linguísticos se encontravam muito mais expostos à penetração de traços característicos do português: verificava-se aí o conhecido fenómeno da interferência linguística, decorrente da situação de contacto de línguas. Se o informador de Adolfo Coelho podia notar que se tornava muito sensível “a tendência que há hoje para empregar regularmente as formas do plural”<sup>21</sup> em Santiago do Cabo Verde e se Adolfo Coelho verificava existir aqui “uma riqueza muito maior que em geral [nos] outros dialetos semelhantes” quanto ao uso da conjugação verbal<sup>22</sup>, isso explicava-se naturalmente pelo mais elevado número de falantes do português instalados nessa ilha do que noutras e conseqüente interferência linguística do português no crioulo local. A ilha de Santiago terá sido, aliás, a primeira povoada e colonizada do arquipélago. E o que se passava em Cabo Verde passava-se também noutros locais, como explicitamente escreveu Monsenhor Dalgado a propósito de Ceilão, quando mencionou diferenças entre o dialeto usado em livros e periódicos e o da fala ordinária e se referiu às “infiltrações propositadas ou inconscientes” por meio dos “que conheciam o português puro ou tinham

contacto com os que o falavam”<sup>23</sup>. Monsenhor Dalgado cita ainda “os progressos que o indo-português de Ceylão tem feito com recursos próprios”<sup>24</sup>, isto é, o que hoje se diria ser a evolução da língua não condicionada por causas exteriores, e neste tipo ou no primeiro deverão incluir-se as mudanças observadas no crioulo de Diu por um autor que, comentando textos publicados por Schuchardt, deles dizia estarem “locutivamente perfeitos, em harmonia com o dialeto de Diu ha vinte anos atrás”.

Vieram estas considerações a propósito do estado de evolução em que se encontravam já os crioulos na época de que datamos seus primeiros testemunhos significativos. Quais as fases por que até então eles passaram é coisa que desconhecemos e necessariamente continuaremos desconhecendo, se não surgirem quaisquer imprevisos documentos que sobre eles derramem novas luzes. Por isso se torna aleatória qualquer comparação que entre eles pretendamos estabelecer com vista a verificar as suas afinidades históricas, e particularmente a encontrar o seu elo mais remoto com o português corrente da época em que se estabeleceram.

Apesar de todas as limitações, foi, no entanto, possível, num estudo publicado em 1966, reconstituir o que terá sido o sistema verbal do crioulo caboverdiano, em especial o de Santiago, em fase anterior à documentada na gramática que dele nos deu Baltasar Lopes da Silva em 1957<sup>26</sup> e mesmo anterior à registrada em 1880 por Adolfo Coelho. Valeram para o efeito o estudo de W.A.A. Wilson sobre o crioulo da Guiné, de 1962, e os materiais recolhidos por mim próprio em S. Tomé em 1965. Tendo-se tornado evidente ser o sistema verbal de Cabo Verde mais avançado que os de Guiné e São Tomé, no sentido de que se aproximava mais do que estes do sistema português, não foi muito difícil identificar o que nele parecia resultante de interferência linguística relativamente recente do português e reconstituir o dito sistema em fase correspondente à que então apresentavam os seus congêneres atlânticos. Mas, à falta de termo de comparação mais antigo, não foi, evidentemente, possível recuar atrás desta etapa. Se o houvesse sido, ter-se-ia reconstituído um sistema verbal ainda anterior, provavelmente mais afastado do português do que o são ainda os da Guiné e São Tomé. Note-se, aliás, quanto a este, que, à data dos inquéritos que realizei, já estavam escolarizadas todas as crianças em idade escolar na ilha e o sistema verbal já apresentava em alguns informadores, não necessariamente muito jovens, traços inovadores de evidente origem portuguesa moderna. A maneira como os inquéritos foram conduzidos permitiu, no entanto, surpreender a dinâmica do crioulo e reter os usos mais antigos, relativamente aos quais já se não registavam outros anteriores. Recordo aqui com saudade o informador mais idoso que tive, e também o mais habilitado a refletir sobre os usos que lhe eram presentes - o professor Atanásio, sempre pronto a esclarecer que alguns destes já não eram propriamente crioulos, como ele dizia, ou pertenciam a um crioulo de gente moderna. Não deixa de ser curioso notar que,

submetidos à apreciação do professor Atanásio, os provérbios publicados por Adolfo Coelho em 1882 foram por ele julgados “bom crioulo”. Na realidade, essa forma de crioulo devia ser, aproximadamente, a da juventude do professor Atanásio, que à data dos inquéritos teria cerca de oitenta anos.

No sistema verbal caboverdiano reconstituído como se disse e nos da Guiné e São Tomé foi possível reconhecer a ausência de valores temporais e a presença de valores aspectuais, aqueles próprios do sistema português e estes de línguas africanas. Note-se que os significantes de tais valores *variam de língua para língua*, o que não impede que devam considerar-se funcionalmente próximos os correspondentes monemas.

No sistema verbal do crioulo da Guiné, pelo contrário,<sup>28</sup> não se encontram quaisquer traços que lembrem especialmente o sistema português, ao passo que muitos nos fazem pensar em línguas autóctones da região, como o mandinga e o balanta. De acordo com os dados fornecidos por Wilson<sup>29</sup>, pode aquele sistema interpretar-se como desconhecendo categorias temporais e operando apenas com categorias aspectuais, traduzidas nos monemas *na*, *ta*, *ba* e *dza*. O primeiro destes monemas é apresentado por Wilson como de significado “progressivo”, sem referência ao tempo em que decorre a ação; assim, *i na durmi* pode traduzir-se por “ele a dormir”, no nosso passado, presente ou futuro, isto é, “ele esteve, ou ele estava, ou ele está, ou ele estará, a dormir”; o valor de “futuro iminente” que Wilson lhe atribui em *i na bin ts dɔ-tardi* “ele vem esta tarde” parece ditado apenas pelo contexto *es de tardi* “esta tarde”. É ainda importante notar que *na* funciona igualmente como locativo em sintagmas como *i sta na kaasa* “ele está em casa”. O monema *ta*, que Wilson apresenta como valendo um futuro menos iminente que o traduzido por *na*, um habitual, um progressivo quando usado após um auxiliar verbal e como utilizando-se ainda na proposição principal após uma condicional [exs. de Wilson: *i ta bim* “he will come” ou “he comes”; *i kumsa ta tfoora* “he began to cry (and continued crying)”, cf. *i kumsa kume*, “he began to eat, he has just eaten”], parece poder interpretar-se como um injuntivo, nos termos em que este aspecto será definido adiante a propósito do crioulo de São Tomé. O monema *ba* (que como *dza*, se pospõe ao verbo), segundo Wilson “indicates that the verb concerned applies to a time plane previous to that of the main context”;<sup>30</sup> exs. *i bin ba* “he came, he had come” (cf. *i bin* “he has come”); *i ta bin ba* “he would have come” (cf. *i ta bin*). Enfim, *dza* “refers to past time and indicates that the action or state concerned still applies to the present”<sup>31</sup>. ex. *i baj dza* “he has gone (recently, and is still away)”; cf. *i baj* “he has gone, he went (on a previous occasion)”. Aos monemas que acabam de indicar-se opõe-se o que parece ser a ausência de monema, que Wilson apresenta como de significado “perfect/present tense”, por exemplo em *i sibi*, traduzido por “he knows/knew”, e *i bin*, traduzido por “he came” (também “he comes”?) Parece claro que o significado apontado não é exato: à ausência de monema corresponderá a falta de indicação temporal,

embora se não disponha aqui dos elementos que permitiram estabelecer-lhe o seu rigoroso sentido aspectual, se é que o tem.

O crioulo de São Tomé desconhece, na sua conjugação verbal, valores temporais; opera unicamente com valores aspectuais, em número de quatro, com os significantes *šká*, *ká*, *zero* e *za*. O primeiro destes monemas designa uma ação não completa ou um estado não adquirido e pode assim representar a realização ou a concretização próxima ou inelutável da ação ou do estado; é o que se verifica, por exemplo, em *kasó ška modé-mu* “o cachorro está a morder-me”; *dzá dzángu ku ká bí* “domingo que vem”. Trata-se portanto, do que poderá chamar-se um aoristo. O monema de significante *ká* designa uma ação ou um estado a desenvolver-se ou a adquirir-se, no nosso passado, presente ou futuro: *kasó ká modé-mu* “o cão morde-me”, *pekadó ká detá ni káma*, *kasó ká detá ni sô* “os homens deitam-se na cama, os cães deitam-se no chão”, *dzá dzíngu sé a ká bé fé sá* “no próximo domingo haverá festas”; quando combinado com o monema de 1ª pessoa, *n*, apresenta a variante *gá* (p. ex. *ngá bá lomosá ku* é “vou almoçar com ele”). A duplicação de *ká* reforça-lhe o valor: *búdu ká ká fisá* “as pedras vão apertando”. Trata-se, pois, de um aspecto idêntico ao que, a propósito das línguas negro-africanas, M. Delafosse chamou um “injuntivo”<sup>19</sup>. O monema de significante *zero* designa uma ação conclusiva ou um estado adquirido e ainda duradouro, sem perspectiva de início ou termo: *kasó modé-mu* “o cachorro moudeu-me”, *múndu sebé* “o mundo sabe” (i. é: “tomou conhecimento e continua a saber”), *n bí lomosá ku bó* “venho almoçar contigo” (i. é: “vim para almoçar contigo”). Estamos, portanto, em presença de um aspecto que podemos chamar “conclusivo” ou “perfeito”. O monema de significante *zá* tem valor idêntico ao do anterior, com a diferença de comportar uma perspectiva do início ou do termo da ação ou do estado, pelo que pode considerar-se um “conclusivo-cessativo”: *kasó detá-za* “o cão já se deitou”, *n lomosá-za* “já almocei”, *ké pegá fogo-za* “a casa está a arder” (i. é. “começou já a arder”). Os monemas *ka* e *šká* podem combinar-se, nomeadamente em proposições condicionais; tal combinação aplica-se a uma ação cujo desenrolar se não concebe como iniciado a um estado cuja aquisição se não concebe como efetiva: *ší ngá šká/ bí lomosá* “se eu viesse/ se fosse para eu vir/ almoçar”.

Cumpra ainda apontar a forma *štáva* (ou *táva*), que, embora filiada historicamente no ptg. *estava*, perdeu o valor desta. Parece possível interpretá-la como o produto do amálgama dos monemas *sá* “ser, estar” e “conclusivo”: *šésa táva vía* “houve/havia/festa na aldeia” (cf. *šésa sá villa* “há festa na aldeia”).

O confronto entre o que acaba de dizer-se revela como são idênticos os sistemas aspectuais dos crioulos da Guiné e de S. Tomé, de tal modo que não seria difícil estabelecerem-se certas correspondências entre os termos de um e de outro. Por outro lado, é evidente o paralelismo entre esses sistemas e os aspectos verbais de línguas negro-africanas<sup>22</sup> e não menos evidente se torna a

distância existente entre o que se passa nestes domínios linguísticos e o que observámos a propósito do crioulo cabo-verdiano.

Passando dos crioulos atlânticos de que até aqui nos ocupámos aos macaísta do séc. XIX, dir-se-á que neste se poderão encontrar valores de natureza temporal, organizados num quadro que fundamentalmente oporia o passado, representado por *já*, ao futuro, representado por *logo*: *ung-a comparação que eu já fazê* “uma comparação que fiz”, *já ri que más já nom pôde* “riu a não poder mais”; *Natal [ ... ] logo cai na quartafêra* “o Natal cairá na 4ª feira”, *logo ri, nom tem nada* “se / quando rir não faz mal”. Mas esses sentidos temporais aparecem associados a sentidos aspectuais, organizados num sistema que se diria de “conclusivo” versus “prospectivo”. Torna-se ainda necessário levar em conta o monema *tá*, que se documenta, por ex., em *tá prendê portuguez* “anda a aprender português: , *tudo naçam, até China, tá fazê caçuada* “todas as nações, até a China, fazem troça”, etc. Algumas vezes, pode o sentido deste monema convergir ou confundir-se com o do chamado presente, mas que o seu valor não é este prova-o o fato de aparecer em contextos referidos a um tempo físico já decorrido, como sucede, por ex., em *eu já nôñ pôde respondê más nada, tá tremê de medo* “não pude responder mais nada, fiquei a tremer de medo” (onde o sentido de passado reside em *já*) ou em *inda honte tá falá pra eu* “ainda ontem me disse”. Parece assim legítimo atribuir a *tá*, quando funciona como modalidade verbal, o valor aspectual de durativo. A ausência de qualquer um desses monemas corresponderia ao puro valor lexical, sem determinação aspectual nem temporal, como geralmente sucede em português com o chamado presente: *que pena eu não pôde escrevê portuguez* “que pena eu não poder escrever em português”, *se marido ganhá muto, família pôde comê más bom pucado, pôde vesti más bem, pôde frequentá loja de môro, pôde vai comedia, pôde assisti fonção* “se o marido ganha muito, a família pode comer melhor, pode vestir-se melhor, pode frequentar as lojas dos indianos, pode ir ao teatro, pode assistir a bailes”.

Nota-se, todavia, que os monemas *já* e *tá* (e porventura *logo*) não funcionavam apenas como modalidades verbais, conforme é o caso nos exemplos apresentados, mas tinham também outros usos: o primeiro, um sentido que se diria verbal em *aquele home tá um pouco luado* “aquele homem está um pouco alheado”, *eu tá livre deste pecado* “estou livre deste pecado”, *ele falá que tá erado* “disse que estava errado”, e o segundo servindo de determinante adverbial em *já depressa vai-se embora* “vá embora já depressa”. Aqueles usos devem, no entanto, aproximar-se do caso, que igualmente se verifica nos crioulos atlânticos, onde se nota ausência do verbo quando este seria uma simples cópula do sujeito com o predicado nominal, como em *Nôssô gente agora tudo morto; más que dromido* “a nossa gente está agora toda morta, mais que adormecida”, *más bom nunca fazê* “melhor é/era/será ... nunca fazer” *quando ele criança* “quando ele era criança”, *eu contente* “estou/estava/estarei ... contente”, etc; cf., no crioulo de

Malaca, *eu português*, “sou português”, *nunca bom* “não é bom”<sup>33</sup>. Estas construções que dispensam a cópula são decerto mais antigas do que aquelas onde ela aparece, sem dúvida por interferência do português moderno.

Apontarei ainda no macaísta combinações ditas de verbo + berbo, como *Nôs num sã chamá* “não dizemos”, *Sium na sium sua terra sã assim pidí cazá?* “é assim que o senhor na sua terra pede casamento?” Podendo, em alguns casos, resultar no desaparecimento de uma preposição (por ex. *sã chomá* “estar a chamar”), construções deste tipo ocorrem com frequência nas línguas crioulas, onde por vezes são explicadas por interferência africana.

Só para não me alongar muito mais a este respeito, prescindo de apresentar aqui o sistema verbal do crioulo de Ceilão, tal como é possível reconstituí-lo a partir dos dados e textos fornecidos por Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado. Apenas direi que nele é possível identificar monemas como *já*, *ló*, *té*, que evocam os que já se encontravam no macaísta e nos crioulos atlânticos, e talvez ainda *tinha* e *dia*.

Deixando o domínio da conjugação verbal para passar ao da significação linguística da posse, esta faz-se nos crioulos da Guiné e Cabo Verde com monemas próprios (por ex. *ña kaasa/ ña kasa* “a minha casa”), e com um monema pessoal no de São Tomé (*ké mu* “a minha casa”; cf. *dá-mu* “dá-me”). Este último processo é também conhecido do crioulo de Cabo Verde (*bó káza* “a tua casa”, *nós baka* “a nossa vaca”; cf. *bo sabé* “tu sabes”, *nós é* “nos somos”), o qual, como o de S. Tomé, se serve ainda para o efeito da sintaxe posicional (*káza zõ* “a casa do João” em Cabo Verde, *ké zõ* “a casa do João” em S. Tomé). Dois destes processos estão representados no macaísta: *minha menino bonito*, *minha querido confessor*, *diretor de minha alma*, *de minha corpo*, *de minha coração*, assim como *sium sa tempo* “o tempo do senhor”, *sium na sium sua terra* “o senhor na sua terra”, *guardá tudo vôsôtro sua política* “guardai todos a vossa política” atestam o uso de um monema possessivo, enquanto *casa eu* “a minha casa” corresponde a S. Tomé *ké mu*. No crioulo de Ceilão registou-se *Ela sua falsa esperança* “a falsa esperança dela”, *Vosotros sua gloriação* “a vossa jactância”, *Eu sua vida* “a minha vida”; e no de Singapura *Eu sua corpo* “o meu corpo”, *eu seu cavalo* “o meu cavalo”<sup>34</sup>, *minha pai sua livro* “livro de meu pai”<sup>35</sup>.

Conforme se vê de alguns dos últimos exemplos apresentados, perdeu o crioulo de Macau a distinção morfológica do gênero, como perdeu também a de sexo feminino, de onde resultou não se fazer concordância de gênero do determinante com o determinado. Os substantivos (*menino*, *confessor*, *alma*, etc.) não são nem masculinos nem femininos, e do mesmo modo *minha*, *sua*, embora formalmente derivados dos correspondentes homônimos portugueses, não pertencem a qualquer gênero. Por isso se encontravam em macaísta sintagmas como *bom vontade*, *bom maré*, *aquele fruta*, *vosso maluícia*, *este*

*pobre vela* “esta pobre velha” etc. Quando importava precisar o sexo feminino de um animado, recorria o macaísta à determinação do nome pela monema *fêmea*: *cachorro fêmea* “cadela”, *rato fêmea* “rata”. São paralelos os fatos no crioulo de Ceilão: *bom cousas*, *vão palavras*, etc., por um lado, e *macho criança*, *fêmè criança*.<sup>36</sup> É esta a situação também dos crioulos atlânticos: em S. Tomé, onde *kasó* corresponde tanto a “cachorro” como a “cadela”, a especificidade desta traduz-se pelo monema *muála* “mulher” (*kasó muála*) e a daquele por *óme* “homem” (*kasó óme*), e identicamente em crioulo da Guiné e crioulo de Cabo Verde: neste, “menina” é *minimo fêmea*.<sup>37</sup>

Enfim, e com isto terminarei, em todos os crioulos de que nos vimos ocupando se encontram casos da chamada reduplicação, isto é, repetição de monemas, com sentidos que podem ser o de intensificação, como São Tomé *sétu sétu* “certamente, com toda a certeza”, *kéci/kéci* “muito quente”, *madlugádu kúlu kúlu* “madrugada muito cedo, cedinho”, *nõ té ua mina só só* “nós temos só-só uma criança”, crioulo da Guiné *kinti kinti* “imediatamente, isto é, logo-logo”, crioulo de Macau *cedo cedo* “muito cedo”, *casado novo novo* “recém-casado”, *sopa-sopa de mulato* “molhado como sopa”, crioulo português do Senegal *kabali kabali* “o pior possível, isto é mau-mau”; ou o de pluralidade: crioulo de Diu *fi-fi* “filhos”<sup>38</sup>, crioulo de Mangalor, *tudu crianç-crianç* “todas as crianças”<sup>39</sup>, crioulo de Cochim *senhor-senhor* “senhores”<sup>40</sup>, crioulo de Macau *padri padri qui cusa pôde tem?* “que podem ter os padres?”, *dá bença pra crinça-criança* “a bênção para as crianças”, *tudo pobre-pobre vae pará pra casinha de campo* “todos os pobres vão parar a casinhas de campo”, etc.; ou ainda outros, mais difíceis de caracterizar, como S. Tomé *ũa-ũa* ãa “em alguns dias”, *ne tlés tlési* “eles os três”, crioulo do Príncipe *kté* “umas coisinhas” (*keté* “um pouco”)

## NOTAS

- 1 - Artigos reproduzidos em *Estudos Linguísticos. Crioulos*. Reedição de artigos publicados no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Introdução e notas de Jorge Morais Barbosa. Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1967.
- 2 - Encontra-se a lista dos trabalhos de Schuchardt sobre crioulos na obra citada na nota anterior, pp. 437-438.
- 3 - José Leite de Vasconcelos, *Sur le Dialecte Portugais de Macao*, Lisboa, 1892.
- 4 - Id., *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, 3ª ed. Lisboa, INIC, 1987, p. 149 (1ª ed. 1901).
- 5 - Id., *ib.*, pp. 149-151.

- 6 - Sebastião Rodolfo Dalgado, *Dialecto Indo-Português de Ceylão*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900.
- 7 - Lucien Adam, *Les Idiomes Négro-aryen et Maléo-aryen: Essai d'Hybridologie Linguistique*, Paris, Maisonneuve, 1883.
- 8 - V. John Holm, *Pidgins and Creoles*. Vol. I; *Theory and Structure*, Cambridge University Press, 1988, p. 14.
- 9 - Id., ib, pp. 14-15.
- 10 - David Lopes, ob. cit., 2a ed., pp. 76-77.
- 11 - Igualmente reproduzidos em Jorge Morais Barbosa (ed.), *Estudos Linguísticos. Crioulos*, cit.
- 12 - V. Benjamim Pinto Bull, *O Crioulo da Guiné-Bissau: Filosofia e Sabedoria*, Lisboa, ICALP, 1989, pp. 85 ss.
- 13 - Estudados por Jorge Morais Barbosa, "A Língua Portuguesa de Macau", *Colóquios sobre as Províncias do Oriente*, 2o vol., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1968, pp. 147-157. (Salvo indicação contrária, todas as referências que adiante se fizerem ao português de Macau serão extraídas deste artigo.)
- 14 - In Jorge Morais Barbosa (ed.), *Estudos Linguísticos. Crioulos*, cit., p. 65.
- 15 - In Id., ib., p. 61.
- 16 - In Id., ib., p. 5.
- 17 - Id., ib., pp. 5-9.
- 18 - Ib., p.5.
- 19 - *O Dialecto Indo-Português de Ceylão*, cit., p. XXI.
- 20 - Nôvo *Diccionário da Língua Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1899, s.u.
- 21 - In Jorge Morais Barbosa (ed.), *Estudos Linguísticos. Crioulos*, p. 16.
- 22 - Ib., p.18.
- 23 - Sebastião Rodolfo Dalgado, ob. cit., p.XXIV.
- 24 - Id., ib., p.XXIII.
- 25 - Apud Leite de Vasconcelos, *Esquisse*, p. 136.
- 26 - Baltasar Lopes da Silva, *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*, Lisboa, Jnta de Investigações do Ultramar, 1957.
- 27 - W.A.A. Wilson, *The Crioulo of Guiné*, Joanesburgo, Witwatersrand

University Press, 1962.

- 28 - Neste parágrafo e nos três seguintes, retoma-se o que se escreveu em “Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe: Situação Linguística”, *Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe. Curso de Extensão Universitária. Ano Lectivo de 1965-1966*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1967, pp. 149-164.
- 29 - Ob. cit., pp.21-23.
- 30 - Ib., p22.
- 31 - Ib., p23.
- 32 - V. A. Meillet e M. Cohen, *Les Langues du Monde*. Nouvelle édition, tomo 2, Paris, Champion, 1952, p. 744.
- 33 - Leite de Vasconcelos *Esquisse*, p. 151.
- 34 - Sebastião Rodolfo Dalgado, ob. cit., p.58.
- 35 - Leite de Vasconcelos, *Esquisse*, p. 151.
- 36 - Sebastião Rodolfo Dalgado, ob. cit., pp. 30 e 31.
- 37 - Jorge Morais Barbosa, *Estudos Linguísticos. Crioulos*, cit., pp7 e 35.
- 38 - Leite de Vasconcelos, *Esquisse*, p. 138.
- 39 - Ib., p.142.
- 40 - Ib., p. 143.

\*\*\*